



## **Território de contingência política: a atuação da juventude organizada perante as tensões políticas da sociedade brasileira**

**Taciane Lais da Silva  
Fernanda Teixeira Jardim**

### **Resumo:**

Este ensaio discute-se sobre o território como um espaço de contingência das lutas políticas, visando compreender a atuação da juventude organizada perante as tensões políticas da sociedade brasileira. Neste contexto, reflete-se sobre as várias expressões de ódio e de intolerância, presentes na sociedade, que na atualidade vêm sendo propiciadas pelas novas mídias, em especial pelas redes sociais. Vivenciamos, portanto, uma crise político-social, em que há uma polarização de distintas visões de sociedade e os espaços de debate e de se pensar coletivamente têm se esvaziado. Assim, há um eminente retrocesso, em que muitas das conquistas sociais, adquiridas na trajetória histórica de lutas dos movimentos sociais, em que a juventude faz parte, estão se perdendo. Neste sentido cabe o debate sobre a democracia que queremos.

**Palavras chaves:** Território. Juventude. Tensões políticas. Redes Sociais.

### **Introdução**

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o território como um espaço de contingência das lutas políticas e buscar entender como tem se dado a atuação da juventude organizada perante as tensões políticas da sociedade brasileira. Tendo em vista que na atual conjuntura do Brasil, bem como no mundo, vem ganhando solo fértil, dentro de uma cultura consumista e individualista acentuada, em que várias expressões de ódio, intolerância e preconceito estão se reconfigurando nos dias atuais. Essa repercussão deve-se muito ao amplo acesso e velocidade de informações das redes sociais, as quais asseguravam uma relação mais próxima aos que estavam distantes. Porém, é nesse ambiente virtual que inúmeras pessoas publicam todos os dias milhares de comentários intolerantes às diferenças e opiniões alheias.

A questão é que várias vezes, mesmo não percebendo, acaba-se por reproduzir ou compor o grupo que incentiva a naturalização de uma cultura que historicamente foi



opressora e dominadora dos grupos sociais, tudo para se auto afirmar. Assim, apresenta-se um paradoxo político para se refletir de forma coletiva. Assim sendo, não deve-se reportar apenas a uma determinada pessoa, pois é um assunto do coletivo e, além disso, deve-se pensar se não estamos contribuindo para isso, quando na realidade acredita-se estar compartilhando as afrontas que existem em um sistema social e econômico capitalista que para sobreviver é dependente da reafirmação contínua de alguns valores em um momento da história.

Questiona-se ainda, quanto ao que se ganhou em poder de consumo e acesso a informação, não se perdeu em humanidade, com o ódio e a vulgarização estimulados pelo sistema capitalista e ao projeto de ascendência ao governo de alguns grupos políticos. Destaca-se como uma das estratégias para efetivar essa situação é manter a população distraída, tanto pela barbárie, realizando a exposição de ofensas racistas, xenofóbicas, homofóbicas de condição social e territorial, ou mesmo pensando que estamos afetando o “opressor” efetivamente. Segundo Barcelos (2014), estamos vivendo os efeitos de mais uma crise e a expansão do sistema capitalista com seus desdobramentos no Brasil, segundo o autor nota-se que para a consolidação desse modelo de projeto está se apostando em remontar como pensamento hegemônico um conservadorismo firmado em um estímulo ainda maior a práticas de dominação entre grupos sociais pelo exercício da violência física e simbólica.

Dessa forma, para entender melhor essas dinâmicas sociais compartilhamos da mesma compreensão de Brandão (2007), o qual entende que o território é também um espaço de indeterminação, da contingência, *locus* de lutas políticas. Historicamente as lutas sociais ganharam o território, evoluíram no sentido de se colocar em oposição ao ambiente abstrato e racionalizado, contrapondo as representações do ambiente que possibilitam o conflito de significados da vivência social (RIBEIRO, 2002). Assim, percebe-se a necessidade de interpretação do território no que tange às tensões políticas, bem como compreender de que forma tem se dado a atuação da juventude organizada perante o atual contexto.

Sendo assim, este artigo está subdividido em quatro seções, além dessa introdução. Na seção seguinte será abordado um pouco do contexto das diversas expressões da juventude, seguido de um breve histórico da atuação e organizações da juventude rural e juventude urbana. Posteriormente será elucidada uma análise das tensões políticas e a



atuação da juventude frente a este cenário. Por fim serão apresentadas as considerações finais referentes à temática abordada.

## **Juventude e suas diversas expressões**

A percepção sobre juventude vem se modificando nas últimas décadas e deixando de ser determinada apenas pela faixa etária e questões relacionadas às mudanças físicas e biológicas, mas também passam a ser levadas em consideração questões como a realidade e espaços em que vivem, a cultura e o modo de vida que as fazem construir suas identidades. Percepções e valores que são construídos socialmente sobre o que é ser jovem. Diante desta luta constante por reconhecimento e melhores condições de vida, temos instituições, movimentos sociais e pastorais religiosas que são formados ou compostos por jovens de diferentes realidades que lutaram e reivindicaram alguns programas e políticas públicas específicas para o meio em que estão inseridos.

A luta por reconhecimento da juventude no capitalismo não é tão recente, há registro de organizações que visavam à modernização da agricultura na América Latina no final do século XIX, onde ao mesmo tempo na Europa e nos Estados Unidos aconteciam mudanças estruturais no cenário agrário devido ao crescimento urbano e industrial. Segundo Marin (2008), a juventude rural tornou-se uma categoria social universal, e isso ocorreu pela intervenção de várias organizações internacionais que estimulavam o envolvimento dos (as) jovens nos processos de desenvolvimento que estavam ocorrendo no cenário mundial. A juventude entrou na agenda de diversos atores institucionais interessados em promover o desenvolvimento depois da Segunda Guerra Mundial.

Assim como em outros processos históricos, como por exemplo, na década de 1960, em que os jovens se destacaram como atores políticos, colocando-se como sujeitos e se opondo a uma cultura e a regras impostas pela sociedade, momento em que os jovens de várias partes do mundo se mobilizaram. Mais especificamente em maio de 1968 que aconteceu o movimento de contracultura, que abriu espaço para novos processos identitários e defesa dos direitos das minorias, como citou Krüger (2010, p. 144):

É então na dimensão da crítica comportamental, na denúncia dos mecanismos de poder presentes no cotidiano e na intimidade, que a contracultura se coloca como expressão fundamental de crítica à autoridade em seu sentido amplo: ao paradigma masculino, branco, ocidental, heterossexual. Esta forma distinta de reivindicação, que marcaria os anos



1960 e particularmente 1968, produziu também no Brasil a mesma explosão “de forças não-teorizadas”.

Atualmente a categoria social juventude vem sendo alvo de vários estudos que revelam a formação de identidades, segundo Mansan (2010, p. 59): “para demarcar uma série de valores e uma idade da vida caracterizada pela transição para a vida adulta”. Colocando esse momento da vida como única função específica, a própria transição. Mas que na verdade deve ser compreendida para “[...] além do contexto social e familiar em que os jovens estão inseridos, suas trajetórias e interações cotidianas devem ser consideradas para entender esse agente que vive uma situação juvenil específica” (MANSAN, 2010, p. 45). Quando falamos nos (as) jovens, ou sobre os (as) jovens, temos que estar cientes de esta é uma palavra carregada de significados e especificidades, como afirma Castro (2009, p. 189):

[...] quando acionamos a palavra Jovem temos que saber que não é simplesmente uma simples palavra, mas sim levar em consideração que tratamos de uma categoria social, que possuem relações familiares, relações de poder e que vivem a experiência da vida como jovens em um determinado tempo e espaço social.

As organizações de juventude aparecem em grande número e em diferentes seguimentos no Brasil, sendo estas ligadas aos Movimentos Sociais do Campo e da Cidade, aos Sindicatos da classe trabalhadora rural e urbana. Historicamente a juventude está inserida e presente nos processos políticos de articulação e desenvolvimento destas organizações. Como ressalta Santos (2008, p.16), “destacamos a acessibilidade aos programas de formação e a participação em todos os espaços do cotidiano formador, o fato de que são os jovens que geralmente se constituem em ‘lideranças’ e militantes no processo de luta social”.

## **Breve histórico da atuação e organizações da juventude rural e juventude urbana**

A juventude rural organizada, do meio rural brasileiro, conforme coloca Castro (2009, p.197) “constroem demandas num contexto de transformações sociais da própria realidade do campo e da sociedade brasileira”. De acordo com material de formação da Pastoral da Juventude Rural (PJR), sobre a organização política da juventude rural, consta que em



1961, no Brasil, a CNBB se pronunciou sobre “A Igreja e a situação do meio rural brasileiro” e orientava, de maneira não explícita, para a Ação Católica Rural (ACR), a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Liga Agrária Católica (LAC) se refutarem as Ligas Camponesas que haviam emergido em Pernambuco, tinham atuação no nordeste e avançavam para outras regiões do país, em luta pela organização dos camponeses e a favor da Reforma Agrária (PJR, 2013).

Além disso, na mesma fonte menciona-se que no decorrer do governo Médici (1969-1974) a repressão também atingiu os (as) jovens organizados (as) politicamente no meio rural, até mesmo torturando mais de cem pessoas. Nessa fonte, também descreve que em 1969 a Juventude Agrária Católica (JAC), deliberou que a sua tarefa era mobilizar e organizar as massas pobres do campo, colocando isso como prioridade. Mas logo após foi extinta, por falta de apoio eclesial e medo da repressão. Sendo assim, seus militantes começaram a agir em outros espaços como, por exemplo, contribuíram com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, e no início da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESSOAR), no Paraná.

No mesmo documento, existem relatos que na década de 1970 houve uma rearticulação dos grupos de jovens, com apoio de bispos e de assessores, o que paulatinamente deu origem à posteriormente denominada Pastoral da Juventude Geral. Mais tarde, em 1973, dá-se origem à Pastoral da Juventude (PJ) em 1975, no Rio de Janeiro. Em 1979, a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) realizou o seu I Encontro Nacional, abrindo espaço para emergência da Pastoral da Juventude do Meio Popular Rural (PJMP-R) ou Pastoral da Juventude do Meio Rural Popular, em Pernambuco. Mas somente no ano de 1983, a juventude decide criar espaços para debater os problemas específicos de cada meio, assim surge a PJMP-R em 1984 (PJR, 2013). Segundo Barcellos (2014, p.52) “os jovens vão além de uma identidade rural, mas refletem como poderiam exercer o seu protagonismo político na igreja, no sindicato, nos demais espaços políticos e na luta pela reforma agrária”.

Nos Movimentos Sociais do campo a juventude emerge como ator político desde suas formações, “*Juventude* é hoje uma categoria acionada para organizar aqueles que assim se identificam em diversos movimentos sociais rurais no Brasil” (CASTRO, 2009, p.195). Com relação às organizações que formam a Via Campesina como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), possuem coletivos de juventude,



em nível nacional e estadual, contudo, existe um processo de articulação da juventude no âmbito da Via Campesina, denominado Coletivo de Juventude Nacional da Via Campesina. Assinala-se também que em 1998 houve a formação da Rede de Jovens do Nordeste (RJNE) que se organiza politicamente sobre o tema da juventude rural no Nordeste brasileiro. Sobre os movimentos sindicais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) possuem secretarias de juventude que fazem parte das diretorias executivas, e em vários sindicatos também há uma instância/coletivo de jovens com o objetivo de dinamizar e aumentar o trabalho na base (BARCELLOS, 2014).

Estas organizações ao longo das diferentes conjunturas políticas tiveram que se readaptar, e nesse sentido a juventude foi e é fundamental neste processo como afirma Mansan (2008, p.67) “É necessário notar que a juventude é uma categoria que sempre se recria junto com o campesinato, sendo por vezes os sujeitos sociais mais dinâmicos da família camponesa, das comunidades e das organizações sociais e políticas”. Baseando-nos na discussão marxista clássica, há uma permanente construção política de sujeitos sociais que paulatinamente tentam dar conta de compreender o novo em meio às velhas maneiras de dominação.

De lá pra cá houve uma mudança no contexto político das organizações, bem como, na forma de participação nos espaços de decisão dentro das mesmas, podendo gerar conflitos de ideias e interesses geracionais. Nesse sentido, para compreender como se delimitam as gerações, é necessário conhecer as regras específicas do funcionamento do campo em uma determinada sociedade, os objetos de luta e as fragmentações operadas por ela, já que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável em cada sociedade, assim sendo ao se referir a jovens como se fosse uma unidade social, um grupo consolidado, atribuído de interesses conjuntos, podem se encobrir os vários conflitos de gerações entre sistemas de intenções consolidadas em épocas diferentes (BOURDIEU, 1983).

A juventude urbana ocupou historicamente papel de protagonista nas grandes lutas sociais junto aos movimentos sociais urbanos, os quais também surgem como uma forma de contrapor e resistir ao regime militar na década de 1970. Movimentos estes, que refletem o momento pós-industrial do capitalismo, no contexto das contradições que emergem do processo de urbanização e da formação urbana brasileira, onde surgem as lutas pelo direito à cidade. Assim, estes movimentos vêm contestar a ação estatal no provimento e



distribuição dos benefícios urbanos e dos equipamentos de consumo coletivo (JACOBI, 1980).

Desde 1974 o regime militar perdeu legitimidade, e o reflexo foi a mobilização popular pelo retorno do estado de direito, também inicia-se nesse período o debate sobre as questões relacionadas aos direitos humanos (JACOBI, 1983). Assim, diversos movimentos espontâneos surgiram em todo o Brasil, reivindicando por melhores condições de vida nas cidades, tendo em vista o processo de expansão das periferias e a precarização urbana (BARBOSA; RODRIGUES, 2010). Destaca-se como uma das principais lutas sociais, que gerou a organização em movimentos populares, foi à luta por regularizar loteamentos ilegais, bem como outros movimentos por saúde e creches, que foram significativos nos anos de 1970 (JACOBI, 1983).

Na década de 1980, os sindicatos e os movimentos sociais colocam em pauta aspirações por uma sociedade mais igualitária, obtendo conquistas importantes na Constituição de 1988. Neste cenários, alguns movimentos tiveram maior protagonismo, reunindo diversas reivindicações pontuais, como o Movimento pela Reforma Urbana, que lutava com o objetivo de propor um conjunto de política públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltados para reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover maior democratização do planejamento e da gestão das cidades (SOUZA, 2008).

Além desses, outros movimentos se mobilizaram para pautar a construção de políticas públicas no contexto democrático, entre esses estavam o movimento feminista, o movimento negro, organizações indígenas e o movimento LGBT, bem como organizações em prol do combate à violência e da defesa do meio ambiente. Após a redemocratização aconteceram vários avanços no Brasil, graças a estes movimentos. Como parte integrante dessa trajetória dos movimentos sociais urbanos, a juventude sempre ocupou espaço de protagonismo em diversas frentes de atuação.

A juventude urbana possui várias formas de expressão e organização, entre elas estão à participação e articulação no movimento estudantil, organizações culturais e sociais principalmente nas periferias das grandes capitais brasileiras, bem como dentro de movimentos sociais urbanos. Um desses movimentos, por exemplo, é o Levante Popular da Juventude, que se auto caracteriza como a juventude do projeto popular e tem como proposta a organização da juventude em três principais frentes de atuação, as quais são: estudantil, territorial e camponesa. Graças a estas mobilizações, o campo da juventude ganha importantes espaços no cenário nacional, como a Secretaria Nacional de Juventude,



o Conselho Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, criados pela lei 11.129 de 2005. Como também, uma crescente participação da juventude em políticas públicas, secretarias e conselhos no âmbito municipal e estadual (NOVAES, 2015).

Por outro lado, surgem movimentos organizados principalmente pela juventude através de redes sociais, os quais em meados de junho de 2013, inicialmente se organizaram para protestar contra o aumento de valor do transporte público. Porém de uma forma diferente da tradicional, pois dessa vez não se tinham lideranças, nem propostas claras e sem partidos. Em 2015, a principal bandeira era acabar com a corrupção, propunham o impeachment da presidente Dilma e, de forma minoritária, a proposta do retorno à ditadura. Os protestos em torno de diferentes reivindicações foram acompanhados por crescentes conflitos nas ruas e nas redes sociais, repercutindo pra além desse espaço, mas também gerando contingências no território político. Seriam esses os novos movimentos sociais que segundo Gohn (1997) suas ações coletivas são realizadas por uma identidade coletiva criada durante o processo e não uma identidade social que pré-configuram as características das pessoas?

## **Tensões políticas e a atuação da juventude**

A organização da juventude para reivindicar direitos se dá historicamente e de maneira cíclica na reprodução do capitalismo. Partilha-se da mesma compreensão de Alonso (2009), quando afirma que não é a solidariedade que gera ação, pois é necessário contar com “estruturas de mobilização”, tais como: recursos formais, organizações civis, e informais, com redes sociais, que viabilizam a organização. Assim, entende-se a mobilização como um processo político no território, no qual determinado grupo desenvolve solidariedade e articulação coletiva para sua ação. Segundo Alonso (2009) os movimentos sociais não existiram sempre, nem em todos os lugares, mas é uma maneira histórica de expressão e reivindicações, relacionada às questões histórico-culturais da sociedade.

Hoje no Brasil vivemos um caso peculiar, de acordo com Boff (2018) desde 2016 vivemos tempos de desamparo e falta de esperança coletiva pelo impedimento até hoje questionável pelas inteligências jurídicas e políticas deste país, no qual deu espaço a um Estado de exceção, restringindo políticas sociais de direitos trabalhistas conquistados. Diante deste contexto percebe-se o quão complicado é falar algo sobre as perspectivas





finais a esta crise do sistema político-social. Contudo, aponta-se como essencial o aprofundamento democrático de natureza eco-social.

Percebe-se que desde 2013 vem se constituindo duas grandes frentes nas mobilizações populares, uma de esquerda e outra de direita. A principal diferença entre direita e esquerda segundo Telles (2016) refere-se às diferentes concepções, nas quais, de um lado a ação individual e a escolha voluntária, destacada pela direita, e a ação coletiva, preferida pela esquerda. Sendo que, de uma forma ampla, as frentes de direita buscam alternativas e propostas de novas perspectivas para sociedade capitalista perante a crise do Estado de bem-estar, por meio de justificativas teóricas ou propondo o fim de políticas públicas de bem-estar social. As principais temáticas em disputa entre direita e esquerda tangem sobre a intervenção do Estado na economia e no comportamento social das pessoas.

A pobreza é um dos temas centrais, pois os jovens manifestantes de direita possuem preferência pelo crescimento econômico do que a democracia. Nesse sentido, Telles (2016) afirmam que vivemos uma crise de ausência de política, justamente por parte dos partidos políticos e do poder executivo, pois onde falta política existe crise. A autora destaca ainda que o eixo organizativo da crise política é a corrupção, mesmo que esta seja recorrente há muitos anos, contudo é apenas a ponta do *eisberg* e isso gera um questionamento: por que só agora a corrupção foi importante para organizar as mobilizações nas ruas e capaz de sensibilizar a população?

Conjuntura essa que provocou uma polarização no ambiente virtual, muito dessa reação foi proporcionada pela mídia com suas ferramentas para formação da opinião pública. Nesse sentido, um dos aspectos que se percebe são a amplitude e proporção que tomou o pensamento conservador, constituindo uma nova direita no país. O que segundo as pesquisas realizadas por Telles (2016) apontam para um aumento do antipartidarismo reativo no Brasil, o que seria um grande problema para a democracia e que se coloca entre a juventude como resistência às políticas de bem-estar social. No qual muitas dessas políticas é que fizeram emergir de classe social.

Além disso, percebe-se uma contingência política no território, quase uma anarquia territorial, com muitos discursos movidos pelo sentimento de ódio. Ademais, nota-se o sentimento contrário ao Partido dos Trabalhadores (PT), à suas lideranças e às políticas públicas de inclusão social, como é o caso das cotas, bolsa família, programa mais médicos, etc. De acordo com a pesquisa de Telles (2016) esse grupo de direita e antipetismo possui



um perfil particular, algo em torno de 57% possui nível superior e a grande maioria são brancos, um dos discursos desses grupos de juventude é afirmar que nordestinos e pobres não teriam capacidade cognitiva para votar, uma verdadeira anarquia territorial. Todos os problemas relacionados à falta de investimentos públicos como, saúde, educação e segurança, são atribuídos à corrupção. Essa retração econômica que vive o país gera descontentamento na população.

As redes sociais estão sendo uma importante ferramenta para os grupos de juventude se organizar, estão possibilitando surgimento de vários *outsiders*, demonstrando seus desafetos com a democracia. Contudo, muito dessa repercussão é reflexo da crise de governabilidade no congresso nacional e executivo. Além disso, aponta-se também para uma crise de representatividade dos partidos políticos, bem como da falta de renovação de lideranças dos mesmos, o que fragilizou o capital político.

## Considerações finais

Diante dessa conjuntura de polarização cabe destacar um desafio, o reconhecimento de que em uma democracia e em um território existem conflitos e disputas entre diferentes visões e projetos de sociedade. Contudo, não é saudável para a democracia o antipartidarismo, pois entende-se que faltam é a promoção de espaços de discussão e construção de opiniões embasadas em argumentos, na realidade da população brasileira e coerente as necessidades dos mesmos, repudiando assim à desqualificação da opinião do outro e a valorização desses espaços de fóruns.

É preciso sim ouvir as reivindicações de todos os lados da juventude, que se mobilizam e se organizam de maneiras diversas, coletivas e individuais e com uma heterogeneidade de identidades e trajetórias, colocando suas inquietações com o território político. Porém, é muito importante considerar o legado histórico dos movimentos sociais, dos partidos políticos e de toda população organizada que deixaram conquistas importantes, construídas em décadas de lutas, como no período autoritário e no processo de redemocratização. Sendo assim, é primordial evitar retrocessos e, sobretudo construir possibilidades para a renovação da ética na política e na sociedade. Cabe à juventude organizada se posicionar de forma coerente e atenta as questões de mudanças como, a reforma da previdência social, mudanças no Sistema Único de Saúde (SUS), no projeto de redução da maior idade penal, a revisão da política de controle de armas, etc.



A diversidade da juventude contemporânea, seu papel contestador e irreverente é uma grande ferramenta de resistência no contexto da eminente possibilidade da perda de importantes conquistas sociais. Sem deixar de valorizar a heterogeneidade da juventude e respeitando a sua objeção a representações, é necessário pensarmos em soluções que visem juntar esforços, para um debate consistente, em torno das principais demandas coletivas e suas conexões com o universo da juventude do campo e da cidade. Assim, como coloca Novaes (2015), o aprofundamento da democracia brasileira dependerá de novas articulações, que contemplem a diversidade e a igualdade.

Nesta direção se coloca um desafio, de contrapor o discurso evasivo, de soluções imediatas e de descortinar as atitudes de ódio e de intolerância, que ganham alcance atualmente nas redes sociais. O papel destas novas mídias e dos *outsiders* nas manifestações da juventude, o espaço *online* virou uma estratégia para articular a juventude com um grau maior de escolaridade, as quais tem em comum a desaprovação do governo e disseminam a temática da corrupção como um escândalo político midiático (TELLES, 2016). Os grandes líderes desses protestos foram jovens *outsiders*, tendo em vista que os partidos políticos tiveram falhas, se afastaram da sociedade, de suas novas demandas e faltando na comunicação com seus líderes políticos.

Em um cenário de crise de representatividade, torna-se um campo fértil para o surgimento e fortalecimento de *outsiders* com posicionamento à direita com promessas de serem éticos e eficientes na gestão pública, tudo isso sem preferências partidárias, de forma a ganharem popularidade. Portanto, compartilha-se da mesma inquietação de Telles (2016) quando questiona sobre uma democracia improvisada pelas ruas, baseada na opinião pública e que não reconhece a legitimidade de eleições, é de fato uma democracia que se almeja?

## REFERÊNCIAS

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

BARBOSA, Benedito; RODRIGUES, Evaniza. Movimentos populares e o Estatuto da Cidade. In: CARVALHO, Celso; RASSBACH, Ana Claudia (org.). **O Estatuto da Cidade comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.



BARCELLOS, S. B. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social.** Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2014.

BOFF, L. **O ano que entra, 2018, promete ser um ano carregado de tensões.** In: Brasil de fato, 2018. Disponível em: <<https://pjrbrasil.org/2018/01/04/recuar-para-saltar-melhor/>> Acesso em: 09 jan. 2018.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro, Marco Zero. 1983.

BRANDÃO, Carlos. Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (organizadores) (2007). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária.** Campinas, Editora Alínea, 2007.

CASTRO, E. G. Juventude Rural no Brasil: Processos de Exclusão e a Construção do Ator Político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, Doctorado en Ciencias Sociales, Niñez y Juventud del Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud de la Universidad de Manizales y el Cinde, v. 7, n. 1, enero-junio, p. 179-208, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**, p. 23-68; 121-240, 1997.

JACOBI, Pedro. **Movimentos Sociais Urbanos no Brasil.** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB), Rio de Janeiro, n. 9, p.221-236, 1980.

\_\_\_\_\_. **Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle vs. cooptação e clientelismo.** In: BOSCHI, R. R. **Movimentos coletivos no Brasil urbano.** Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1983.

KRÜGER, C. Impressões de 1968: contracultura e identidades. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 139-145, 2010.

MANSAN, P. **A construção identitária da juventude nos movimentos sociais da via camponesa Brasil.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina Grande, 2008.

MANSAN, P. **Juventude Rural: suas construções identitárias.** 2010. Disponível em:<[http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9589/arquivo635\\_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/9589/arquivo635_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 08 jan. 2018.

MARIN, J. **Juventud rural: una invención del capitalismo industrial.** Universidade Federal de Goiás/EA-Sector de Desenvolvimento Rural, 2008.

NOVAES, Regina. Juventudes Urbanas: O que podemos fazer juntos? In: **Encarte LE MONDE diplomatique Brasil.** n. 100, nov. 2015.

PJR. **Breve História da PJR. 30 anos a serviço da Juventude Camponesa (1983-2013).** Equipe Nacional de Formação. Pesquisa Paulo Cerioli. 2013.



RIBEIRO, A. *et al.* **Por uma cartografia da ação:** pequeno ensaio de método. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano XVI, n.1, p.33-52, 2002.

SANTOS, E. **Juventude Sem Terra:** O Cotidiano Formador e o Processo de Identificação com o MST. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Campina Grande – UFCG, 2008.

SOUZA, Marcelo. **Mudar a cidade:** Uma introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

TELLES, H. **A Direita Vai às Ruas:** o antipetismo, a corrupção e democracia nos protesto antigoverno. Ponto e Vírgula , PUC SP. Nº. 19. 2016 - p. 97-125. 2016.